

OS MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA E DE ESTUDOS E A MELHORIA DO ENSINO

Geraldo Inácio Filho*

O interesse em escrever este texto partiu de um gracejo aparentemente infantil de alguns alunos de primeiros períodos que se utilizaram da sigla sob a qual é identificada a disciplina — MTP — para rebatizá-la de Muito Tempo Perdido. Decidimos, pois, refletir um pouco acerca do mote e entendemos que não é de todo invalidado o xiste, como pretendemos mostrar. E aqui não temos outra preocupação que a de provocar alguma discussão sobre o assunto, que tem uma ligação imediata com a questão da melhoria do ensino.

Segundo nos foi informado quando chegamos à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 1979, a idéia inicial era de uma disciplina voltada para a superação das deficiências do ensino de 1º e 2º graus, no que diz respeito à disciplina de estudos. Por isso MTP I trataria da leitura analítica, dos fichamentos e dos seminários. O MTP II, no segundo período, seria uma iniciação à pesquisa. Porém, uma visão um tanto idealizada quanto às reais possibilidades da disciplina num currículo de graduação pretendeu elegê-la como a palavra de salvação para o ensino, ao menos o de terceiro grau. Mas, como não poderia ser de outra forma, o ensino não foi salvo!

Assim, de repente, grande parte dos docentes — aqui é preciso deixar claro que a disciplina na UFU é quase privativa do CEHAR (Centro de Ciências Humanas e Artes) — começou a exigir de seus alunos que os fichamentos fossem confeccionados em consonância com o que haviam aprendido em MTP, mas não se preocupou em discutir com os responsáveis pela disciplina, nem se inteirou do que vinha sendo tratado em sala-de-aula. Alguns alunos perceberam isto ao tentar esclarecer suas dúvidas junto a esses mestres e decidiram por conta própria fazer de qualquer maneira, comentando com seus colegas que qualquer coisa que fosse apresentada seria aceita, posto que o solicitante não realizava um trabalho interdisciplinar.

Outro fato que vinha contra o ensino da disciplina: a administração da UFU, dizia-se abertamente, estava preocupada com o ensino, deixando a extensão e a pesquisa fora de cogitações (ao menos na época). Ora, diante de uma visão dessa ordem, que reduzia a universidade a um colégio de terceiro grau, que sentido teria o preocupar-se com uma disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa? Não seria realmente tempo perdido?

Não seria tentar “tapar o sol com a peneira” a pretensão de superar as mencionadas deficiências do ensino de 1º e 2º graus, na universidade? O mais coerente não seria atacar o “mal” em suas raízes? Além disso, um aluno que chegue mal alfabetizado à universidade (e não são poucos) terá muita dificuldade em acompa-

* Professor de Métodos e Técnicas de Pesquisa do Departamento de Pedagogia da UFU.

nhar o curso. Não seria uma das razões pelas quais há tanta evasão nas ciências humanas, sobretudo nos cursos de licenciatura? Trabalhando nos primeiros períodos, temos a cada semestre perguntado aos alunos ingressantes, a razão de terem escolhido os cursos do CEHAR. A grande maioria afirma que é porque não conseguiu seguir outra carreira, que não conseguiu ou não se sente habilitada a concorrer no vestibular do curso que gostaria de freqüentar, o que vem confirmar pesquisas anteriormente realizadas em outros lugares.

Numa sociedade competitiva igual a esta em que vivemos (onde vencer na vida significa ter um padrão de vida alto, ter suas necessidades básicas atendidas, além de dinheiro para a sua casa de campo, seu carro do ano, férias no exterior), quem se habilitará a procurar o magistério como profissão, sabendo que é uma categoria social tão pouco valorizada e tão mal remunerada? Os rendimentos de um médico, um engenheiro ou um dentista são, freqüentemente, dezenas de vezes mais elevados que os de um professor, mesmo sabendo-se que tanto o profissional liberal quanto o docente são portadores de diploma universitário. Daí a procura de tais cursos ser tão grande.

Como nosso professor de 1º e 2º graus tem de ministrar muita aula para sobreviver, não lhe sobra tempo nem disposição para aperfeiçoar-se, atualizar-se, e acaba criando artifícios para não se sobrecarregar. É possível que um dos artifícios mais perniciosos seja o de tentar antecipar-se às questões dos alunos. Então, para evitar o dissabor de receber perguntas que não sabe responder (ainda persiste a idéia de que o professor tem de responder na hora a tudo que lhe for perguntado) ele elabora aquela série de questões a que é capaz de dar resposta, resposta que os alunos encontram facilmente no livro-texto.

Em consequência disto, recebemos na universidade alunos incapazes de formular perguntas. Como, de repente, pedir a um estudante que se proponha um problema e elabore um projeto de pesquisa para solucioná-lo, se ele aprendeu apenas a memorizar respostas de questões que conheceu prontas e cujas respostas eram imediatamente encontradas, prontas também, no livro-texto, sem necessidade de pesquisar? E, como pretender que ele pesquise de fato, se lhe ensinaram que pesquisar é copiar um texto de uma obra de consulta? Ou, se assim não lhe ensinaram, pelo menos aceitaram quando ele desse modo procedeu?

Vivemos agora, na UFU, um momento em que a pesquisa não está à margem do ensino e da extensão. Há uma Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP) que trabalha pela implementação desta atividade na vida acadêmica da nossa universidade. O momento é de ação. Não podemos esperar de braços cruzados, que a escola de 1º e 2º graus continue a remeter-nos alunos nas condições anteriormente descritas. É hora de batalharmos pela melhoria do ensino que oferecemos e isto não acontecerá satisfatoriamente se o nosso trabalho não tiver estreito vínculo com os graus de ensino anteriores. Debates sobre educação têm ocorrido há anos. É hora de agir, é hora de ousar, fazer propostas concretas e implementá-las. É hora de melhorar nosso ensino, melhorando nossa prática, num trabalho coletivo, para rompermos o ciclo vicioso que é o aluno chegar à

universidade mal preparado, fazer com deficiências seu curso e, voltando aos 1º e 2º graus como professor, contribuir para que o nível de ensino se deteriore ainda mais.

No que diz respeito à UFU, a disciplina precisa ser repensada no sentido de ser realmente voltada para a pesquisa e não mais para a tentativa de preenchimento de lacunas da formação do aluno. Isto dificilmente se viabilizará se a disciplina permanecer semestral e dicotomizada (MTP I e MTP II). Disciplinas semestrais não permitem tempo de maturação dos conteúdos tratados e o professor não consegue realizar pesquisa efetiva com os alunos, pois só no MTP II, segundo período, não há tempo suficiente para fazê-lo e não é possível iniciar o projeto no 1º período para desenvolvê-lo no 2º, porque não se tem garantida a permanência do professor, nem dos alunos na mesma turma.

Só a conversão da disciplina de semestral para anual pode garantir a continuidade necessária. E isto não contradiz o sistema de matrícula por disciplina, posto que não é vedada a existência de disciplinas anuais. A diferença entre o trabalho semestral e o anual é semelhante à existente entre percorrer uma região de avião ou de trem. De avião tem-se uma visão muito generalista, mas falta o detalhe. E, em se tratando de pesquisa, precisamos viajar de trem, ter um contato mais estreito com o objeto, delimitando-o bem para possibilitar um aprofundamento do estudo. Caso contrário a pesquisa não tem muito sentido, é mera pesquisa vazia que não visa ao concreto.

Em relação às escolas de 1º e 2º graus, há que se proceder a uma reciclagem dos professores para que sejam capazes de ensinar seus alunos a estudar, fazer análise de textos, pesquisa bibliográfica, levantamento e discussão de problemas, de questões. Não se pode pensar em promover reciclagens periódicas se não aumentarmos a população de professores, e isso ainda não será suficiente se resultar em redução salarial. Tal alternativa deve ser viável dentro de um projeto que pode ser elaborado pela escola e enviado à Secretaria Estadual de Educação. Há real aumento de verbas para a educação de 1º grau, no corrente ano. Precisamos cuidar, pois, para que o aumento de verbas para a educação não seja gasto com a burocracia ou com o empreguismo, mas na busca de alcançar melhorias efetivas no ensino.

Os professores de 1º e 2º graus poderiam realizar trabalhos interdisciplinares, dever-se-ia aumentar o tempo de permanência do aluno na escola e, para tanto, há necessidade de equipar as bibliotecas públicas e escolares, os laboratórios, e possibilitar a utilização de recursos audiovisuais como auxiliares do ensino, não como o fim em si mesmos, nem para substituir a preparação de aulas por parte do professor.

Os projetos de melhoria do ensino devem ser elaborados pelas escolas a partir de suas realidades. Sabe-se que as tentativas de mudança iniciadas por outras pessoas que não os principais interessados morrem no reino das boas intenções e da falta de realização. A Reforma do Ensino preconizada de cima para baixo não vingou. Invertamos o processo! O ensino deve ser reformulado como uma totalidade, não como graus estanques e auto-suficientes.